

A FORMAÇÃO DO CIDADÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: DA CONSCIENTIZAÇÃO À INTERVENÇÃO NA PRÓPRIA REALIDADE

Gisele Lângaro Soares¹, Ana Claudia Silveira Ribeiro¹, Ticiane Fagundes da Porciuncula de Vilhena¹,
Julianne Marçal Munhoz¹, Valdir Marcos Stefenon²

¹ Especialista em Educação pelo Programa de Pós Graduação *lato sensu* Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade, Universidade Federal do Pampa, Campus São Gabriel
giselelangaro@yahoo.com.br

² Professor Adjunto, Universidade Federal do Pampa, Campus São Gabriel
valdirstefenon@unipampa.edu.br

RESUMO

O presente artigo acerca-se da temática qualidade de vida no ambiente escolar como aspecto componente da formação do cidadão. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública de Ensino Fundamental de São Gabriel- RS. Os dados foram coletados a partir da aplicação de questionários, tendo como objetivo averiguar o quão consciente os alunos estão de seu papel na sociedade e de que podem intervir para melhorar a sua realidade. A partir dos dados coletados foi desenvolvida atividade na qual os alunos foram colocados como protagonistas no processo de transformação da realidade escolar. A partir dessa atividade, inferiu-se que ao se sentirem envolvidos neste processo de mudança, os educandos passam a compreender a sua realidade e que podem agir para transformá-la. Ouvir o que os alunos têm a dizer não só é esclarecedor para o corpo docente e gestor da escola, mas principalmente para que o próprio educando compreenda a sua realidade e perceba o quanto pode agir para transformá-la.

Palavras-chave: Educação básica, realidade escolar, cidadania.

ABSTRACT

This paper addresses the issue of life quality in the school environment as an important component of the citizen building. The survey was conducted in a public elementary school in São Gabriel-RS. The data were collected through written questionnaires, aiming to investigate how aware the students are of their role in the society and of the fact that they can interfere to improve their reality. From the collected data it was developed a task in which the students were the protagonists in the school reality changing process. From this task it was concluded that when the students are involved in the process they understand better their reality and that they are able to act in order to improve it. Listening to what the students have to tell is not only clarifying to the school teachers and principal, but also the students themselves understand better their reality and start figuring out how much they can act to improve it.

Keywords: Basic education, school reality, citizenship

INTRODUÇÃO

O efetivo aprendizado escolar está relacionado a diversos fatores, entre os quais a qualidade de vida dos alunos, tanto dentro como fora da escola. A realidade observada previamente em escolas de Educação Básica do município de São Gabriel revela que o ambiente escolar de algumas instituições deixa a desejar no que se refere às condições consideradas adequadas para uma vivência e convivência saudáveis no que diz respeito desde as condições físicas do ambiente até o comportamento, hábitos e atitudes, principalmente dos alunos. Este fato, por sua vez, aponta a necessidade de uma intervenção objetivando mudanças.

O advento do século XXI trouxe mudanças na sociedade, nas relações humanas, no mercado de trabalho. A escola, entretanto, parece ser a que menos mudou, muitos passam por ela, mas pouco intervêm de maneira positiva para o seu aprimoramento. Essas instituições educacionais não podem ficar alheias a essas mudanças, precisam desempenhar o seu papel social. A transformação, não só do sistema educacional, mas da sociedade, tem de passar pela escola. É preciso que um novo sentido de cidadania seja construído (FICAGNA e ORTH, 2010).

As mudanças podem começar pela escola, partindo do princípio de que todos passam (ou deveriam passar) por ela, pois as grandes transformações não se originam apenas de grandes feitos, mas de iniciativas do dia-a-dia, simples e persistentes. É essencial que a escola desperte nos alunos a capacidade de compreenderem e atuarem no mundo em que vivem, é preciso dar-lhes informações e formação para que possam atuar como cidadãos, organizando-se e defendendo seus interesses e da coletividade. Precisam, porém, aprender a respeitar regras, leis e normas estabelecidas (FICAGNA e ORTH, 2010).

Ao repensarem seu ambiente escolar e como podem atuar positivamente sobre ele, os alunos estarão também repensando o mundo em que vivem, ao serem inseridos nesse processo passarão a valorizar o seu meio, pois, se sentirão como sujeitos transformadores. Como bem diz Freire “meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História*, mas seu sujeito igualmente” (1996, p. 85). E completa afirmando que é preciso que constatem a realidade, não somente para nos adaptarmos, mas para mudarmos. Essa constatação não nos levará à impotência, mas ao desejo de transformar (FREIRE, 1996).

Nesta perspectiva, faz-se necessário caracterizar os aspectos relacionados a hábitos, atitudes e comportamentos dos alunos em seu dia-a-dia escolar, de modo a identificar intervenções que possibilitem uma melhora na qualidade de vida dentro das escolas, formando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública de São Gabriel, RS, com alunos do Ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2011. Foram aplicados questionários, realizadas atividades lúdicas e observações do comportamento dos educandos, de modo a levantar as opiniões e atitudes dos mesmos a respeito dos aspectos abordados.

O objetivo central do trabalho foi investigar os aspectos sociais e morais envolvidos na qualidade de vida na escola, considerando hábitos, atitudes e comportamentos dos sujeitos envolvidos no espaço escolar. O presente artigo se detém particularmente no aspecto da formação do cidadão, e investiga o quão consciente os alunos estão de seu papel na sociedade e de que podem intervir para melhorar a sua realidade.

O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO

De acordo com Reboul: “O homem não nasce homem: é ponto no qual as ciências humanas estão hoje de acordo. De tudo quanto constitui a humanidade - a linguagem e o pensamento, os sentimentos, a arte, a moral, de tudo quanto à civilização levou milênios a conquistar – nada passou para o organismo do recém-nascido; cumpre-lhe adquiri-lo pela educação” (BAGGIO, 1995, p.102). Henz (2010) também menciona que o ser humano precisa aprender tudo ao nascer e se constituir sócio culturalmente e é através da educação que os seres humanos vão se formando ao interagir com o mundo a sua volta e com seus semelhantes. Do mesmo modo Saviani (2008) diz que o homem é o único ser que precisa adaptar a natureza a si, de acordo com suas necessidades. E é através do trabalho que o homem age sobre a natureza.

Ainda segundo Henz (2010) A escola propicia ao educando a vivência do que ele chama de “genteidade”, o homem vai descobrindo e assumindo sua complexidade através do “entrelaçamento do individual com o social, histórico e cultural, por meio de sonhos, angústias, ideias, necessidades, crenças, desejos, afetividades, projetos, medos e esperanças. Nela e com ela, homens e mulheres poderemos ir descobrindo-nos como totalidades complexas, partes de uma totalidade ainda maior, *gostando de ser gente*, sabendo-nos condicionados (as) e inconclusos (as) e, por isso mesmo, capazes de *ser mais*, com a ousadia de correr o risco da aventura histórica como possibilidade de vislumbrar e construir horizontes mais esperançosos” (HENZ, 2010, p.61)

Na concepção de Paulo Freire o ser humano se caracteriza como um ser histórico e inacabado e reconhecendo-se como tal, se educa e necessita de ajuda nesse processo de humanização. É ainda capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a realidade em que vive. O ser humano não somente é incompleto, mas também a sua realidade, o mundo em que vive. Ambos, ser humano e mundo estão incompletos e em relação constante, o homem então a partir de suas relações, vai transformando o mundo (MAGRI, 2011).

A PREPARAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: A AÇÃO EM BUSCA DA TRANSFORMAÇÃO

De acordo com Gadotti (2001) “em 1789 a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* estabelecia as primeiras normas para assegurar a liberdade individual e a propriedade. Existem diversas concepções de cidadania: a liberal, a neoliberal, a progressista ou socialista democrática (...).” Há atualmente, o que ele chama de “**concepção consumista** de cidadania (não ser enganado na compra de um bem de consumo) e uma concepção oposta que é uma **concepção plena** de cidadania” (esta incide no fato da sociedade se mobilizar para a conquista de seus direitos). Gadotti assegura ainda que “**Cidadania** e **autonomia** são hoje duas categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há frequentemente consenso”.

A consciência social dos seres humanos vai se compondo e decompondo do nascimento até a morte, com mudanças mesmo pequenas, mas contínuas. A sua realidade se transforma através da história e essa condição de cidadão envolve “forte apelo para participar da vida social”. A cidadania consiste num princípio de igualdade distendido em direitos que, através das lutas sociais, vão sendo adicionados aos poucos. Esses direitos podem ser civis, políticos ou sociais (VIEIRA, 1996). Ainda segundo Vieira (1996), o exercício da cidadania dá-se pela participação do sujeito “em todos os aspectos da organização e da condução da vida privada e coletiva” e à habilidade que este sujeito adquire para operar escolhas. Conforme o autor, o aprendizado da cidadania implica em liberdade, autonomia e responsabilidade.

Paulo Freire profere que o ser humano baseia-se em alguns princípios ao desenvolver esse processo de liberdade:

“- analisa com profundidade os problemas do dia a dia. Não se satisfaz com as aparências que lhe são mostradas;

- reconhece que a realidade é mutável, que não é algo dado e acabado, mas é suscetível de mudanças, transformações, etc.;
- substitui situações ou explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade;
- procura verificar ou testar as descobertas; está sempre disposto a rever suas ações;
- ao deparar-se com um fato, faz o possível para se livrar dos preconceitos. Ama o diálogo, nutre-se dele;
- possui grande abertura ao novo, sem ser arrogante ao velho por ser velho;
- ama a justiça e a prática;
- luta por um ideal de vida e é coerente a ele” (MAGRI, 2011, p.154).

Para Freire essa autorreflexão contribui na construção da liberdade política e da participação social e incentiva o indivíduo ao compromisso político com a transformação social (MAGRI, 2011).

Pauly menciona que a LDB estabelece que “os professores das escolas dos diversos sistemas de ensino executem o dever do Estado de educar a totalidade da infância e da juventude brasileiras de modo que essa população alcance o *pleno desenvolvimento*, se prepare para o *exercício da cidadania* e se qualifique para o trabalho (artigo 2º da LDB)” (2010, p. 129).

É na vida escolar que os educandos vão ter efetivamente as primeiras oportunidades para exercer essa cidadania. Sendo a escola uma organização, ela compõe uma coletividade que visa certos objetivos e estabelece certas condutas sociais para que esses objetivos sejam concretizados. Assim, a escola “exibe conflitos entre suas próprias necessidades e as necessidades das demais pessoas, entre racionalidade e irracionalidade, entre relações formais e relações informais, entre direção e corpo docente, entre corpo discente e corpo de funcionários.” (VIEIRA, 1996, p. 112).

Ficagna e Orth (2010) afirmam que, a simples transmissão dos conteúdos e da cultura construída na escola, não prepara o aluno para as exigências da sociedade atual, enquanto o mundo anda muito rápido fora do contexto escolar, o aluno fica entre quatro paredes passivamente sentado, ouvindo os professores falarem ou realizando exercícios. Assim, é urgente que um novo sentido de cidadania seja construído e o lugar mais favorável para que isso aconteça é a escola. É onde as crianças e adolescentes passam uma boa parte de seu dia, é lá que passam a conviver com outras pessoas, fora de sua família e é lá que supostamente são preparadas para viver em sociedade. Freire também diz que “a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto a *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*” (FREIRE, 1996).

De acordo com Pauly “a democracia não se pratica apenas nas Câmaras de Vereadores, na Assembleia Legislativa e em Brasília” (2010, p.147). A democracia, bem como a cidadania deve ser exercida em todos os setores da sociedade, e porque não no bairro, no pátio da escola, no Grêmio Estudantil, na reunião dos professores, na avaliação dos alunos?

Segundo Ficagna e Orth (2010), para que uma sociedade plenamente democrática seja construída é essencial que a escola propicie aos educandos que recebam *informações e formação* que os possibilitem exercer sua cidadania, convertendo *problemas em oportunidades* e estejam

aptos a se organizar em busca da defesa de seus interesses e procurar soluções através do diálogo e da negociação, acatando as regras estabelecidas.

Rosa e Galera (2011) citam Foucault quando este diz que a “docilização” produz um tipo de sociedade que favorece a uma teia de interesses e poder criando uma relação de submissão e disciplinação. Assim, o processo de transformação que poderia ocorrer a partir da escola fica enfraquecido e perdemos o sentido de pertencer. Podemos então, ainda segundo Foucault (*apud* ROSA e GALERA, 2011) entender porque os alunos picham paredes, quebram a mobília da escola, sem deixar sua marca positiva.

Saviani (2008) menciona que a teoria pode contribuir para a transformação do mundo, mas para isto *tem que sair de si mesma*, e ser assimilada por quem vai realizar tal transformação. No caso da escola, pelo educando. Saviani faz ainda referência a Nosella quando este diz que o compromisso político “é o ponto crítico do processo educativo”. Se o educador estiver realmente a serviço da classe trabalhadora, deve procurar romper com a concepção burguesa de cultura. Ao reconhecerem “seus direitos, seus deveres, sua história, seu futuro”, as massas trabalhadoras estarão realizando um encontro consigo mesmas.

A escola não é a única responsável pela transformação da sociedade, porém *a luta pedagógica é uma parte das lutas políticas*. A relação da escola com a realidade social é bem dinâmica, possibilitando a luta por melhores condições de vida, o surgimento de líderes políticos que estejam representando as classes populares, a desmistificação dos conteúdos das matérias, contribuindo, de tal modo, efetivamente para a substituição de alguns modelos sociais e éticos por outros. O educador crítico sabe da importância de promover a integração de um trabalho escolar pedagógico, psicossocial e sociopolítico. É na escola que as camadas populares terão acesso ao saber elaborado, mas é também lá que ele vai aprender a socializar-se. O ensino técnico deve dar ao educando uma formação cultural e científica de qualidade e a socialização vai propiciar-lhe a formação da sua personalidade social em busca de emancipação das relações de dominação vigentes (LIBÂNEO, 2011).

Muhl, Sartori e Esquinsani (2011) ressaltam que para Freire a atividade intelectual desconectada da ação prática que não gera a intervenção social e política no mundo concreto e cotidiano, é inútil. Freire chama de *práxis a consequência de uma forma de ser do homem no mundo*, que ao refletir e agir transforma o mundo e a si mesmo. Para Freire, a educação não pode acontecer como uma domesticação de indivíduos, supondo-se que os alunos sejam meros receptores e reprodutores do sistema. Os autores citam ainda a obra “Pedagogia do Oprimido”, na qual Paulo Freire recomenda uma educação para a libertação, a qual demanda *a conscientização e a reflexão crítica dos sujeitos envolvidos no processo*. Rosa cita Fiori, quando este também faz referência à mesma obra ao dizer que “[...] em situações de opressão, os dominados, para dizerem sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detém e a recusam aos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado [...]” (2011, p.96)

Para Sartori e Segat, uma escola que se delineia como ideal precisa ter profissionais da educação que ajam voltados em busca da construção da cidadania *autônoma, consciente e ativa*, que busca junto com os educandos edificar “bases culturais para identificar e posicionarem-se diante delas as exigências da conjuntura em que se insere” (2011, p.103). Ainda segundo os autores, é preciso propiciar aos alunos uma formação que os tornem mais reflexivos, mais conscientes de seus direitos e deveres, visando torná-los indivíduos autônomos, livres e responsáveis.

Na relação com o outro, o ser humano constrói conhecimentos que lhe viabilizam acompanhar a dinâmica das mudanças sociais, políticas, culturais, tornando-se mais humano, solidário, ético.

Magri (2011) relembra os dois grandes modelos educacionais apontados por Freire: a *educação bancária*, na qual o ponto central é o professor, enquanto que o aluno fica sempre em segundo plano, não questiona a sua realidade aceitando-a como definitiva. Esse tipo de educação otimiza a opressão e é, obviamente, o modelo preferido das classes dominantes. O que Freire propõe é a *educação problematizadora*, na qual o ponto central é o diálogo, a relação entre professor e aluno é horizontal. Através do diálogo, o educador vai conhecendo a realidade do educando e buscando juntamente com ele, problematizar essa realidade e a conscientizá-lo das suas condições de vida, formando um sujeito capaz de *ler o mundo*, a sua realidade e passar a agir para transformá-la.

Um bom exemplo de como a escola pode contribuir para a formação desse cidadão, é citado por Pauly: [...] “na prática da alfabetização de adultos, não basta que o alfabetizando aprenda a ler criticamente os santinhos dos políticos. Ele deve conseguir escrevê-los para si mesmo para candidatar-se ao cargo de conselheiro do bairro no Orçamento Participativo, [...]” (2010, p. 148). O educando precisa enxergar-se como um ser social, que pode ir muito além do que sempre se esperou dele.

Graciane afirma que educação popular implica criar espaços e estímulos de aprendizagem propícios:

- “ - para que os setores populares experimentem, mediante ações conjuntas e concretas, a possibilidade de iniciar modificações reais em suas vidas, na comunidade e na sociedade;
- para que se identifiquem com o seu papel de sujeito social, no processo da transformação de suas condições objetivas de vida e que, além disso, efetuem mudanças mais profundas em âmbito estrutural;
- para que a identificação de novos instrumentos de luta contribua para que as práticas de participação popular alcancem um significado político relevante, caracterizando-se como um exercício do poder no plano social (tomada de consciência de sua cidadania);
- para que as experiências concretas do trabalho educativo, vinculadas a inúmeras formas alternativas, gerem meios de vida, mediante a produção coletiva fundamentada na organização da vida comunitária e grupal, solidária, fraterna e justa.” (FISS e SILVA, 2010, p.159)

Graciane define também alguns critérios que precisam ser seguidos ao pensarmos numa educação popular e libertadora:

- consciência crítica que situa a ação educativa junto a meninos/meninas e jovens pobres e marginalizados, dentro de um contexto sociopolítico, econômico e cultural mais amplo;
- ação que os trata como pessoas, membros ativos de um povo, sujeitos fazedores de sua própria história;
- ação participativa que envolve a todos nas decisões e atividades do projeto educativo;
- ação comunitária que modifica as realizações criando laços e vínculos solidários e fraternos;
- ação sensível aos valores da cultura popular;
- ação organizadora e orgânica que se serve de uma revisão constante da teoria e da prática;
- ação integradora e integrada às forças transformadoras da história, que soma esforços e iniciativas com os movimentos sociais e populares, superando ações isoladas;
- ação política identificada com a dignidade do ser humano, que se propõe à construção coletiva de uma sociedade mais justa e que possibilite a todos as mesmas oportunidades (FISS e SILVA, 2010, p.159-160).

Kieling (2010) ressalta que numa sociedade onde o interesse é burguês, capitalista, não existe o interesse em envolver os sujeitos como autores de transformação, já a educação emancipatória, segundo Gonzales (2003), cria as possibilidades objetivas de emancipação política e humana das classes populares em relação às ações das classes dominantes que minam sua possibilidade de transformação da própria realidade.

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR

A escola deve formar para a cidadania e para isso precisa de um Projeto Político Pedagógico (PPP) exemplar, comprometido com a democracia, a serviço da comunidade. Segundo Pauly (2010) é necessário que o PPP seja desenvolvido baseado em uma concepção libertadora voltada aos interesses dos setores populares, na busca do resgate e da atualização da cultura popular, assim como o respeito aos valores. Primando assim pela “elevação cultural das massas” focando na interpretação do mundo e das relações humanas. O PPP, de acordo com Loges (2010), deve ser constituído coletivamente, possibilitando aos educandos a vivência de ações participativas e democráticas no âmbito escolar, propiciando a formação de indivíduos críticos e conscientes de seus direitos e deveres de cidadãos. Para que estes se tornem agentes transformadores de sua realidade social e estimulando a família a se comprometer com a educação de seus filhos.

Sartori afirma que: “É, pois, necessário haver permanentemente acompanhamento e avaliação no sentido de ajustá-lo às demandas da escola e da sociedade mais ampla” (2011, p. 110). O PPP jamais está permanentemente pronto. Marcante et al.(2011) afirmam que, o PPP deverá nortear a prática pedagógica, assim como as ações desenvolvidas na escola. É ainda segundo os atores, um instrumento político, que mostra a intencionalidade da instituição e seus objetivos com relação à formação dos sujeitos humanos que por ali passam, numa postura pedagógica voltada à formação de indivíduos com maior autonomia, levando-os a exercerem democrática e participativamente sua cidadania. Gadotti (2001) ressalta que o PPP está inserido num cenário de diversidade, cada escola é única, *não existem duas escolas iguais* e por isso, não pode haver um padrão que oriente a elaboração de um PPP. A escola precisa ter autonomia para elaborar, executar e avaliar seu PPP com criatividade e baseado em muito diálogo com toda a comunidade escolar.

O Projeto Político-pedagógico da escola alvo desta pesquisa foi elaborado através de um trabalho de integração de todos os segmentos da Comunidade Escolar: pais, alunos, professores e funcionários. Essa construção, segundo o relator: “fortaleceu a escola como espaço democrático e de discussão através da ação coletiva da participação de pessoas que cada vez mais se constituem em sujeitos das transformações sociais.” A escola também entende e considera o projeto como processo sempre em construção. Um “processo de ação-reflexão-ação, ao mesmo tempo global e setorializado”.

O referido PPP visa “a construção de uma escola que ofereça uma educação compatível com as necessidades da sociedade, apostando e considerando a capacidade de cada pessoa para a construção do conhecimento, na condição de agente, de sujeito que pensa, age, faz, reflete e transforma a sociedade em que vive”.

Um PPP precisa ser constituído de maneira interdisciplinar e transdisciplinar. Gadotti (2001) ressalva que “A interdisciplinaridade refere-se à estreita relação que as disciplinas mantêm entre si e a transdisciplinaridade, à superação das fronteiras existentes entre as disciplinas, indo,

portanto, além da interação e reciprocidade existentes entre as ciências.” Sartori (1995) lembra que a interdisciplinaridade é um desafio que precisa ser enfrentado nas escolas. Demanda *estudo, vontade e persistência*. Ações interdisciplinares devem, aos poucos, permitir à escola exercer sua função que é principalmente de proporcionar aos seus alunos oportunidade para adquirirem os conhecimentos necessários à sua participação e à sua sobrevivência em sociedade.

O PPP da escola-alvo reconhece que “a teoria pedagógica utilizada acha-se num processo lento de transição, partindo de uma teoria tradicional para uma teoria libertadora.” A mesma se encontra ainda alicerçada no ensino tradicional, centrado no professor e muitas vezes desvinculado da realidade do aluno. Porém define como a escola almejada, uma escola democrática e que tem como um de seus objetivos “formar um cidadão com espírito crítico e com capacidade de interagir de forma ativa e reflexiva na sociedade”. Para que isto ocorra reconhece que necessita promover atividades de enriquecimento curricular através de projetos interdisciplinares e é sabedora de que o currículo escolar “não pode ser separado do contexto social, uma vez que é situado e culturalmente determinado”. Vê, do mesmo modo, o PPP como “um processo contínuo de construção e reconstrução de saberes, que se dará de forma participativa, contextualizada, significativa e interdisciplinar.”

Os redatores citam uma frase de Paulo Freire que vem ao encontro do que temos discutido no presente artigo: “A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo” (Freire, 1996).

OS ALUNOS COMO CIDADÃOS EM FORMAÇÃO - AVALIAÇÃO *IN LOCO*

A metodologia de pesquisa utilizada foi pautada em Paulo Freire, quando este diz que “[...] as pessoas têm de pensar sobre seus pensamentos e não serem mero objetos de meu pensamento. Este método de investigação se constitui num exercício de conhecimento, no desenvolvimento da percepção, de estratégias de aproximação e abordagem da realidade, num processo qualificado de entender mediações e elaborar conceitos sobre elas” (KIELING, 2010, p. 399). Ao se sentirem envolvidos no processo de investigação, os educandos não se sentem como meros objetos, mas sim integrantes de uma realidade que eles precisam conhecer para transformar.

Com estes conceitos em mente, o trabalho foi iniciado com uma conversa com os alunos a respeito da importância da opinião deles para a presente pesquisa. Um questionário foi distribuído para alunos da 4ª série a 8ª série, com questões relativas ao conceito de qualidade de vida no ambiente escolar e como eles, os educandos, podem colaborar para essa boa qualidade de vida.

Ao responderem o questionário, os alunos iniciaram pequenos debates, já mostrando aí, vontade de participar, discutir e opinar sobre as questões. De modo geral os alunos demonstraram estar cientes do que seria um ambiente escolar de boa qualidade. Porém, ao serem questionados a respeito do que uma escola deveria ter para ser de boa qualidade, alguns demonstraram desconhecimento do significado de itens como brinquedoteca, aulas práticas e aulas de campo e qual a importância de se ter uma horta na escola.

Em respostas como: “Os meus colegas não colaboram”; “Não, porque eles põem lixo no chão, riscam nas paredes, classes, cadeiras”; “Os alunos das outras turmas jogam água, jogam lixo, empurram e batem nos menores (5ª série)”; “Alguns colegas não estão colaborando.”, percebemos que a maioria coloca que o outro não faz, não colabora e não ele próprio. Outro aspecto interessante observado é que comportamentos que seriam obrigação do aluno são vistos

como atos extraordinários de cooperação e de solidariedade: “Posso colaborar não quebrando nada da escola, não colocando lixo na rua”; “Não deixar papel higiênico no chão” (Figura 1).



Figura 1. Registro das opiniões orais dos alunos do Ensino Fundamental, geradas a partir das discussões sobre as respostas dos questionários aplicados.

Há algumas demonstrações de reconhecimento pelo que a escola faz: “Estão fazendo tudo para melhorar”; “A escola contribui sempre tendo funcionários para limpar a escola”.

As principais sugestões para melhorar a qualidade do ambiente escolar citadas pelos educandos foram: a implantação de laboratórios de informática e ciências, quadra de esportes, a troca do quadro de escrever e reformas no pátio.

Demonstraram saber que existem regras na escola, citando um bom número delas, como desligarem o telefone celular em aula, não mascar chicletes em aula e não usar boné, por exemplo.

Com os alunos de pré, primeiro ano e 3ª série (não foi possível desenvolver a pesquisa na 2ª série por falta de disponibilidade de horário das turmas) as perguntas foram feitas oralmente, baseadas em palavras-chave às quais eles deveriam opinar com “tá legal”, mostrando uma placa com uma carinha sorrindo, ou “não tá legal”, mostrando uma carinha triste (Figura 2). A reação dos pequenos também foi de querer opinar e discutir as questões, o que revelou que de modo geral eles não têm receio de participar criticamente.



Figura 2: Registro das repostas dos alunos da pré-escola.

Na sua totalidade as respostas não discreparam muito de uma turma para a outra. Sendo citados como “não tá legal”: as brigas no pátio e comportamento dos alunos, a má conservação da escola de modo geral, a falta de uma pracinha (a qual se encontra interdita por apresentar perigo às crianças) e a falta de uma quadra de esportes. Aliás, em todas as turmas a reivindicação maior é por facilidades de lazer, esportes e entretenimento.

Depois de feita a análise dos resultados dos questionários, os mesmos foram discutidos com uma turma de 8ª série e uma de 4ª série objetivando buscar soluções para os problemas. Na 4ª série foi realizado o “Jogo da escola saudável” (Revista Nova Escola, 2003) para que a discussão ficasse mais dinâmica e interessante para eles. Com a 8ª série foram confeccionados cartazes de conscientização para serem pregados na escola. Os resultados foram surpreendentes, com uma ótima participação da turma. Inclusive alguns alunos tidos como “problema”, participaram com empenho, dando sugestões e confeccionando os cartazes. Cada pesquisadora foi com um grupo de alunos apresentarem os cartazes e discutir o assunto nas demais turmas da escola. Os cartazes foram então fixados em diferentes partes do prédio escolar.

Os alunos da 8ª série fizeram também um trabalho relacionado à coleta seletiva de lixo, no qual a participação foi menor do que a esperada, eles deveriam trazer o lixo de casa e apenas um dos 14 alunos o fez. No entanto, estes mesmos alunos, realizaram um trabalho de separação do lixo com a 5ª série, no qual o resultado foi excelente, com a participação de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento dos alunos no processo foi bastante gratificante e positivo. Quando estes se viram na condição de agentes transformadores, assumiram o trabalho com prazer e responsabilidade. Trabalharam em equipe, exercitaram suas habilidades para organizar um trabalho coletivo e lidar com as diferenças, assim como julgaram, geriram e solucionaram conflitos. Da mesma forma, desenvolveram habilidades de comunicação ao apresentarem os cartazes para os colegas.

Nas palavras de Freire (1987): “O inédito viável é na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada, e quando se torna um percebido destacado pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade”. Infelizmente, serem ouvidos, terem suas opiniões levadas em conta, poder participar das decisões, é algo praticamente inédito na vida daquelas crianças e adolescentes. Entretanto ao terem essas oportunidades, percebem que o sonho não precisa ser sempre utópico, que com diálogo a transformação é possível.

A lição principal que fica é que só através do diálogo se consegue perceber os aspectos mais importantes para o aprimoramento da qualidade de vida no ambiente escolar. Ouvir o que os alunos têm a dizer, dando-lhes a oportunidade de falar não só é esclarecedor para o corpo docente e gestor da escola, mas principalmente para que o próprio educando compreenda a sua realidade e perceba o quanto pode agir para transformá-la. Que se ele quiser, essa realidade pode ser diferente, que se ele quiser, pode agir diferentemente em busca dessa melhor qualidade. Isto, de forma alguma significa transferir a responsabilidade que é de toda a sociedade para ele, mas levá-lo a entender que também tem o seu papel nessas mudanças.

É principalmente na escola que o ser humano convive, em seus primeiros anos de vida, com seus semelhantes fora do eixo familiar, é lá que constrói seus sonhos, suas esperanças, suas perspectivas e seu modo de ver o mundo. Espera-se que a Escola possa construir em seus

educandos a base necessária para serem efetivamente cidadãos agentes e transformadores de sua própria realidade e do mundo em que vivem. Que ao sair da escola para *enfrentar um outro mundo* eles possam lembrar com *ternura* os tempos passados lá e tenham a certeza de estarem preparados para uma nova etapa, como acontece com o personagem Martinho da obra de Autran Dourado:

“Depois que todos se recolheram à sala de estudos, onde permaneceriam sonolentos até a hora do café noturno, Martinho ficou inteiramente só nos domínios do colégio. Podia olhar com emoção, à vontade, sem temer que o chamassem de maricas, aquelas paredes escuras e velhas, manchadas pelas chuvas.

Não havia ninguém, só. Os olhos de Martinho ficavam úmidos, tão grande era a ternura que o invadia ao ver o colégio. Não quero esquecer seu velho corpo, pensava, quero levar comigo um pouco da sua presença. Adeus colégio São Mateus, adeus talvez pra sempre. Adeus coisas boas e coisas ruins. Adeus também Quati. O menino estava sentimental, esquecia a postura que devia tomar, pois era quase um homem, ia enfrentar agora um outro mundo. Já se acostumara àquele, distantes os temores e as emoções do primeiro dia.” (VIEIRA, 1996, p.128)

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo. **Aula do pôster: Para criar um ambiente saudável.** Nova escola, São Paulo, n. 160, p. 33, mar. 2003.

BAGGIO, André. **Pedagogia da hominização: indicativos antropológicos.** Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 102, dez. 1995.

FICAGNA, Marisa Fracalossi; ORTH, Miguel Alfredo. **Educação para um novo cidadão: construindo possibilidades ou relações entre a teoria e a prática.** In: ANDREOLA, Balduino Antonio et al. (orgs.). **Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 246-262.

FISS, Dóris; SILVA, Gilberto. **O adolecer na democracia: reflexões político-pedagógicas sobre a formação moral para a cidadania.** In: ANDREOLA, Balduino Antonio et al. (orgs.). **Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 159

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização.** In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-41.

HENZ, Celso Ilgo. **Dialogando sobre cinco dimensões para (re)humanizar a educação.** In: ANDREOLA, Balduino Antonio et al. (orgs.). **Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 49-62.

KIELING, José Fernando. **Dialética e educação popular: como problematizar nossas práticas de formação docente.** In: ANDREOLA, Balduino Antonio et al. (orgs.). Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 393-408.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 26 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LOGES, Tatiana Ávila. **Supervisão escolar na formação docente continuada.** In: ANDREOLA, Balduino Antonio et al. (orgs.). Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 494.

MAGRI, Cledir Assisio Magri. **A metodologia freiriana na formação de agricultores familiares.** In: MUHL, Eldon Henrique et al. (orgs.). **Diálogo, ação comunicativa e práxis pedagógica.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011. p. 143-162.

MARCANTE, Grazenei; GIRARDELLO, Susana Vassoller; SARTORI, Jerônimo. **Encontros, desencontros e reencontros: memória de um processo.** In: MUHL, Eldon Henrique et al.(orgs.). **Diálogo ação comunicativa e práxis pedagógica.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011. p. 191-203.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MUHL, Eldon Henrique. **Práxis pedagógica: ação dialógico-comunicativa e emancipação.** In: MUHL, Eldon Henrique et al. (orgs.). Diálogo, ação comunicativa e práxis pedagógica. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011. p. 12.

PAULY, Evaldo Luis. **O adolescer na democracia: reflexões político-pedagógicas sobre a formação moral para a cidadania.** In: ANDREOLA, Balduino Antonio et al. (orgs.). Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 129-153.

ROSA, Eloisa Helena da; GALERA; Joscey Bassetto. **A gestão do espaço físico escolar: um desafio social.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1699-8.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

ROSA, Geraldo Antonio. **Educação e libertação: práxis de um movimento social no Contestado.** In: MUHL, Eldon Henrique et al. (orgs.). Diálogo, ação comunicativa e práxis pedagógica. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011. p. 96.

SARTORI, Jerônimo. **Equipe diretiva e articulação de projetos político-pedagógicos coletivos.** Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 94, dez. 1995.

_____, Jerônimo; SEGAT, Taciana. **Formação continuada: lições de um processo.** In: MUHL, Eldon Henrique et al.(orgs.). **Diálogo, ação comunicativa e práxis pedagógica.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011. p. 97-114.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 10 ed. rev.-Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da Educação: reproduzir e transformar.** 3 ed. São Paulo: FTD,1996.